



## **EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E O ENSINO REMOTO: A Experiência de uma Aula Temática sobre Identidade e Resistência Negra**

Luana da Silva Oliveira<sup>1</sup>

### **Dados de Identificação**

No primeiro semestre de 2020, fomos surpreendidos pela Pandemia da COVID-19, o que fez com que as aulas do Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB) fossem adaptadas para o ensino remoto emergencial através de diretrizes para atividades virtuais no período do isolamento. A partir de então foi estabelecida a necessidade da produção de vídeo aulas, a disponibilização de textos de referência, slides padronizados, bem como tarefas e aulas on-line. Como professora da instituição, lecionava, no período em questão, disciplinas para três diferentes cursos de graduação: no Curso de Direito, a disciplina História do Direito (1º período); no Curso de História, as disciplinas de Arte e Cultura II (5º período) e Patrimônio Cultural (8º período); e, no Curso de Psicologia, a disciplina de Atividades Práticas Transversais de Aprendizagem III - Relações Étnico-raciais (3º período).

A mudança do formato das aulas e atividades veio marcada por novos desafios e aprendizados, pela construção de maneiras digitais de elaborar estratégias metodológicas de ensino e laços afetivos com os alunos. Mais do que nunca, diante de um cenário de dor, medo e insegurança, as ideias de Paulo Freire estiveram presentes na minha prática docente: “Não se pode falar de educação sem amor.” Junto a isso, alguns episódios trouxeram à tona a discussão do racismo no Brasil e no mundo, destaco dois: o assassinato do afro-americano George Floyd por um

---

<sup>1</sup> Doutora em História/ UNIRIO. Docente UGB/FERP.



# IX SIMPÓSIO DE PESQUISA E DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO UGB: “Desafios pedagógicos durante e pós-pandemia”



- Apresentar as organizações negras pós-abolição e a legislação proveniente da luta política dos movimentos negros;
- Conhecer os conceitos de racismo estrutural e institucional;
- Refletir sobre o papel do branco na luta antirracista e a ideia de “branquitude”.

## Conteúdos Trabalhados

Para abrir a aula, foi utilizada a imagem abaixo da obra de arte “Mãe Preta”, do artista plástico Adalton Fernandes Lopes (1938 – 2005), que compõe o Acervo do Museu de Folclore Edison Carneiro do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), como uma proposta reflexiva para iniciarmos a apresentação dos slides e conteúdos. A imagem traz a representação das chamadas amas de leite, negras escravizadas que, quando tinham seus bebês, recebiam a tarefa de amamentar os filhos de suas senhoras. O artista ilustra uma cena que traz uma denúncia ao colocar a imagem do bebê negro relegado ao canto da peça, pedindo o colo de sua mãe enquanto ela nutre outra criança branca. Esta imagem veio à minha lembrança quando soube da morte do menino Miguel Otávio, citada acima, e introduziu na aula uma primeira relação entre o racismo do presente e o passado escravista.

**Imagem 1.** “Mãe Preta”, de Adalton Fernandes Lopes (1938 – 2005), Niterói, RJ, 1991. Barro Pintado.



Fonte: Acervo Museu de Folclore Edison Carneiro/ CNFCP.



# IX SIMPÓSIO DE PESQUISA E DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO UGB: “Desafios pedagógicos durante e pós-pandemia”



“Levanta negro  
Quero vê seu corpo inteiro  
Quero vê se você tem marca  
Do tempo do cativoiro”

(Eva Lúcia de M. Faria Rosa - líder jongueira e vice-presidente da Associação Cultural Sementes D'África de Barra do Piraí)

Os versos acima correspondem a um ponto de jongo e também foram utilizados na abertura dos slides da aula, pois, a partir deles, contextualizei minha relação e meu “lugar de fala” sobre a temática do racismo e da história do negro. Em 2004, ingressei no Curso de Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e, em 2005, conheci o jongo/caxambu<sup>5</sup> através de conversas e discussões acadêmicas na faculdade. A questão de não conhecer jongo, nunca ter visto uma roda de jongo, mesmo tendo vivido e estudado em Barra do Piraí, município fluminense com expressiva comunidade jongueira, causou-me grande inquietação: como vivo em uma cidade e não conheço suas práticas culturais; por que não as conheço; onde acontece que nunca vi? Além de todas essas interrogações que me levaram a constatar que nossa história é marcada pelo racismo, o jongo acabava de conquistar o título de Patrimônio Cultural Brasileiro.

O contato com os jongueiros foi de fundamental importância para que entendesse que a história é feita pelos sujeitos sociais todos os dias, nas suas relações cotidianas e nas manifestações da cultura. Também pude entender que as práticas culturais negras foram silenciadas e marginalizadas, assim como seus praticantes. Aprendi que a cultura prepara o terreno para a política e que esses aspectos dialogam e caminham juntos. Com isso, entendi também que o racismo, diferente de como o senso comum propaga, não é somente uma questão dos negros, mas uma questão que envolve a todos que se preocupam em viver em uma sociedade menos desigual.

A história dos grupos de jongo de Barra do Piraí e seu processo de patrimonialização oficial foram o tema da minha dissertação de mestrado e a luta

---

<sup>5</sup> Jongo/caxambu – manifestação cultural negra presente na Região Sudeste do Brasil e inscrito no Livro das Formas de Expressão e registrado como Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2005.



# IX SIMPÓSIO DE PESQUISA E DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO UGB: “Desafios pedagógicos durante e pós-pandemia”



antirracista tornou-se elemento fundamental da minha prática docente e da minha postura cotidiana como cidadã brasileira. Nas palavras da psicóloga e professora Lia Vainer Schucman que desenvolveu um estudo sobre o papel do branco na luta antirracista:

Primeiro, cabe ressaltar, esta não é uma causa para os outros: é uma causa que envolve um projeto de país, um projeto de nação. Trata-se de um projeto de vida coletiva. No Brasil não há como pensar minimamente em sociedade igualitária sem pensar a questão racial. Quem desconsidera o racismo como estruturante das desigualdades sociais brasileiras não compreendeu nossa história, tampouco o legado da escravidão.<sup>6</sup>

Como apresenta a citação, compreender a relação da desigualdade social brasileira passa por compreender a história e o legado da escravidão. Por isso, a proposta central da aula temática foi apresentar os movimentos de resistência negra anteriores e posteriores à abolição da escravidão.

O texto de referência da aula foi o artigo de Amílcar Araújo Pereira (2010), que tem como título o “Movimento Negro no Brasil Republicano”<sup>7</sup>. O conteúdo do texto deu embasamento para sistematização nos slides dos movimentos da resistência negra. O autor apresenta marcos de resistência anteriores à Lei Áurea: a resistência individual com constantes fugas e suicídios, e a resistência coletiva com a organização das lutas abolicionistas, a presença dos templos religiosos de matrizes africanas, as irmandades religiosas cristãs e a formação de quilombos. Vale destacar que a maior representação de resistência no período é a formação do Quilombo de Palmares no século XVII.

Por esse viés, Pereira destaca três fases do movimento negro brasileiro no século XX, são elas: a primeira fase vai do início do século até o Golpe do Estado Novo, em 1937; a segunda é do período que vai do processo de redemocratização, em meados dos anos 1940, até o Golpe militar de 1964; a terceira tem início nos anos 1970, quando surge o movimento negro contemporâneo.

---

<sup>6</sup> SCHUCMAN, Lia Vainer. Sobre o lugar do branco na luta antirracista. Publicado em setembro de 2018. Disponível em: (<https://catarinas.info/colunas/sobre-o-lugar-do-branco-na-luta-anti-racista/>)

<sup>7</sup> PEREIRA, Amílcar Araújo. Movimento Negro no Brasil Republicano. Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF (n. 12) (2010) Rio de Janeiro/Niterói – Ed. ALTERNATIVA/EdUFF/2010.



# IX SIMPÓSIO DE PESQUISA E DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO UGB: “Desafios pedagógicos durante e pós-pandemia”



Junto à essa segmentação, foram apresentadas as principais organizações negras do pós-abolição: a Imprensa Negra (são exemplos, o jornal Treze de Maio, Rio de Janeiro – 1888, O Exemplo, Porto Alegre – 1893 e a “imprensa negra paulista” (1910/20); a Frente Negra de 1931 (FNB) com característica “assimilacionista”, sem a busca pela transformação social e com característica nacionalista; movimentos dissidentes da FNB como a Frente Negra Socialista (1932) e o Clube Negro de Cultura Social (1931). A composição do movimento negro brasileiro na década de 1930 mostra sua formação plural e complexa. (PEREIRA, 2010, p.155).

Outra relevante organização é o Teatro Experimental do Negro 1944 (TEN), fundado por Abdias do Nascimento com o objetivo de revolucionar a arte dramática brasileira. O TEN é responsável por produções que romperam barreias e conquistaram espaços. Este movimento viabilizou a primeira vez em que atores e atrizes negros atuaram no palco do Teatro Municipal do Rio de Janeiro e também a primeira vez em que o mesmo recebeu negros em sua plateia.

Os anos de 1970 foram de extrema importância para a construção política da discussão da negritude e identidade negra. Nesse período, recebemos influências da conjuntura internacional a partir do movimento pelos direitos civis nos EUA (1960) e a evidência das lutas de independência dos países africanos sob o domínio português. Além disso, o movimento cultural da juventude negra norte americana e a chegada dos Bailes Blacks vão mobilizar e influenciar na formação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978. De acordo com Pereira, o MNU inova ao trazer a “denúncia do chamado “mito da democracia racial” e a construção de uma identidade negra racializada.” (PEREIRA, 2010, p.156)

A atuação do MNU foi marcante na assembleia constituinte que formaliza a Constituição de 1988. Esta carta constitucional reúne conquistas fundamentais e simbólicas do MNU, destaque duas: o direito de memória e direitos culturais (artigo 215), e as terras de quilombos (artigo 68). Outra relevante conquista do MNU é a lei nº 7.716 de 1989, conhecida como “Lei Caó”, em homenagem ao autor Carlos Alberto de Oliveira. A legislação define como crime o ato de praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Também regulamentou o trecho da Constituição Federal que torna inafiançável e



# IX SIMPÓSIO DE PESQUISA E DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO UGB: “Desafios pedagógicos durante e pós-pandemia”



imprescritível o crime de racismo, após dizer que todos são iguais sem discriminação de qualquer natureza.

Outra frente de mobilização de destaque é a militância acadêmica que a partir da produção de conhecimento assumiu lutas antirracismo. Alguns episódios podem ser destacados, como: a Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995; as cinco edições do Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, a partir de 2000; a Conferência de Durban 2001, Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância; o Programa Diversidade na Universidade 2002; a Lei 10.639 de 2003; Estatuto da Igualdade Racial de 2010.

Depois de conhecer toda essa trajetória dos movimentos negros e suas conquistas, é relevante também ter uma definição das tão faladas e debatidas políticas de ação afirmativa. Segue a definição utilizada na aula:

*“Ação afirmativa é uma iniciativa pública cujo objetivo principal é adotar medidas que **reparem** e **compensem** os grupos que sofreram no passado perdas em razão de abuso de quaisquer tipos. São exemplos de abusos: exploração, discriminação, violência, preterição, tratamento degradante e impedimento sistemático ao desenvolvimento do indivíduo. Portanto, a Ação Afirmativa cuida de reparar prejuízo acumulado ao longo do tempo. Isso se dá mediante o estabelecimento de uma efetiva igualdade de oportunidades.” (SANTOS, 2001, p.36)*

Reparar e compensar são ideias centrais nessa discussão. A Lei Áurea não representou uma liberdade real e efetiva por não promover medidas de inserção social dos negros que passaram da condição de escravos para a condição de cidadãos. A desigualdade do passado e um processo escravocrata extremamente opressor marcam a desigualdade de oportunidades e direitos, por isso a necessidade urgente de reparar e compensar.

A obrigatoriedade de inclusão do ensino de História e Cultura Africanas e Afrobrasileiras nos currículos dos ensinos fundamental e médio, trazida pela Lei Federal 10.639, alerta à escola e à sociedade que não basta garantir o acesso dos negros aos bancos escolares. É preciso reconhecer e valorizar a História e Cultura Africanas e Afrobrasileiras, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, relacionados à identidade e aos direitos do povo negro. Nas palavras de um jongueiro:



# IX SIMPÓSIO DE PESQUISA E DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO UGB: “Desafios pedagógicos durante e pós-pandemia”



“A liberdade não ficou do nosso jeito  
Deram a nossa liberdade  
Cadê os nossos direitos?”

(Manoel Moraes – Liderança do Quilombo Santa Rita do Bracuí, Angra dos Reis, RJ)

Quais direitos? Direito à terra, à educação, à saúde, à melhores condições de vida. Direito à MEMÓRIA e à CIDADANIA. Por isso é tão importante entender a história para compreender as lutas e assumir nosso papel de cidadão consciente e responsável pela construção de uma sociedade menos desigual.

Para finalizar a aula temática, foi colocada, de forma provocativa e reflexiva, a ideia de “branquitude” e o debate sobre o papel do branco na luta antirracista. Schucman (2017) explica que esse termo só faz sentido dentro da luta antirracista, uma vez que é um neologismo empregado em contraposição a negritude. A autora explica os conceitos em um artigo publicado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP):

“O conceito de **negritude** foi forjado durante a luta anticolonialista dos povos africanos, no século 20, e utilizado, principalmente pelo poeta e político senegalês Léopold Sédar Senghor (1906 – 2001), para resgatar e exaltar as culturas, tradições e características identitárias da África, que haviam sido subjugadas pelo colonialismo. Já o conceito de **branquitude**, sem ser identificado por esse nome, começou a ser construído durante a expansão colonial europeia, a partir dos séculos 16 e 17, mas principalmente no século 19, para justificar ideologicamente a dominação, pelos europeus, das populações ancestrais da América, da África, da Ásia e da Oceania. Nesse processo, a identidade “branca”, definida pela cor da pele e outros traços fenotípicos, foi estabelecida como norma e padrão humano, sendo os outros grupos apresentados como marginais, desviantes ou inferiores.”<sup>8</sup>

É neste sentido que a autora defende a ideia da necessidade urgente de um “letramento racial”, uma vez que aprendemos a ser racistas e precisamos desaprender e nos vigiar para não seguirmos reproduzindo essas práticas tão naturalizadas na nossa sociedade.

Por esse viés, Almeida (2019) reforça a ideia de que ser branco e ser negro são construções sociais que são vivenciadas a partir de privilégios estruturalmente

---

<sup>8</sup> Entrevista completa disponível no link: <https://agencia.fapesp.br/pesquisa-investiga-marcas-do-racismo-em-familias-inter-raciais/25364/>, acessada em 06 de janeiro de 2021.



# IX SIMPÓSIO DE PESQUISA E DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO UGB: “Desafios pedagógicos durante e pós-pandemia”



estabelecidos. Assim, lutar contra o racismo significa lutar por uma sociedade melhor, mais democrática e menos desigual e para tanto: “Deve-se abrir mão de privilégios para que a luta contra o racismo seja uma luta efetiva”<sup>9</sup>.

## Procedimentos

1º passo: disponibilização na sala virtual das disciplinas de: slides com vídeo, texto de referência da aula (PERREIRA, 2010), indicação de links com vídeos do Youtube como material complementar específicos para os cursos em questão (Direito, História e Psicologia); arquivo com anexo de leis relacionadas à temática da aula;

2º passo: apresentação dos slides com textos e imagens na aula on-line;

3º passo: discussão final com a turma;

4º passo: sugestão de atividade extra e reflexiva para as turmas dos Cursos de Direito e História, uma vez que o conteúdo não era específico da disciplina em questão;

5º passo: na disciplina de APTA III o conteúdo da aula foi continuado e utilizado para a elaboração de um trabalho final.

## Resultados

Para exemplificar os resultados da discussão provocada pela aula temática, trago dois textos de alunos da disciplina de APTA III do Curso de Psicologia, onde houve a oportunidade de um maior aprofundamento das questões e conceitos. A seleção dos depoimentos não foi tarefa simples, uma vez que todos os alunos da turma desenvolveram com empenho e emoção a tarefa passada. A ideia foi de iniciarem uma reflexão sobre suas experiências e vivências através da escrita e a atividade proposta foi a produção de um texto dissertativo sobre sua trajetória pessoal considerando a evidência do racismo estrutural.

---

<sup>9</sup> Frase de Silvio Almeida transcrita do vídeo: O QUE É RACISMO ESTRUTURAL?, disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=PD4Ew5DIGrU&t=181s>, acessado em 06 de janeiro de 2021.



# IX SIMPÓSIO DE PESQUISA E DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO UGB: “Desafios pedagógicos durante e pós-pandemia”



A utilização dos textos transcritos a seguir foi autorizada pelos alunos que também permitiram sua identificação. O primeiro depoimento é da aluna Cristiane de Almeida Toledo da Silva que se declara negra e relata de forma consciente seu processo de construção de identidade.

“Me chamo Cristiane, tenho 30 anos, sou estudante do curso de Psicologia do UGB. Filha de pai e mãe negros, porém, de pele amarela.

Durante muito tempo, não me entendia como negra. As pessoas me chamavam de moreninha, achava bonito, carinhoso, porém, conforme o tempo foi passando, ser moreninha começou a soar estranho. O ser “morena” por muitas vezes me colocou em lugares que não queria estar. Na adolescência, no período da escola fui a amiga moreninha que servia de ponte para as amigas brancas e seus namorados, nas festas a moreninha era sempre a que os meninos não ficavam em público. Com isso, começaram os alisamentos do cabelo, hoje entendo que essa mudança no cabelo era para me distanciar das minhas raízes e ficar mais parecida com as minhas amigas brancas de cabelo liso. Parei de tomar sol, parei de ter cachos, neguei meu corpo com curvas, tudo isso buscando me parecer com os brancos.

Virei mulher, a rejeição da escola ficou para trás, porém, surgiu a nova realidade do mercado de trabalho. Foto no currículo! Escova em dia, para ficar mais apresentável! E assim, como uma infiltração, que vai invadindo todos os cantos da casa, o racismo estrutural se instalou na minha vida e eu passei a repetir esses comportamentos! Só quero casar se for com um homem branco, Deus me livre minha filha ter que sofrer com o cabelo como eu! Consegui um emprego numa loja como vendedora, ganhava comissão, queria aprender a vender relógios e perfumes, a chance de aumentar o salário era maior. Não! No relógio e no perfume só mulheres que chamem atenção, leia-se brancas, magras e altas. Tudo bem, cada empresa faz suas normas. Mas essa norma não estava escrita na parede como as outras, essa norma não soava como racista para ninguém, afinal, a empresa estava oferecendo ao público as atendentes que eles esperavam encontrar. Hoje, depois de 30 anos, descobri que o que vivi tem nome, racismo institucional.

Não posso olhar para minha história e não pensar na importância do letramento racial, ninguém na escola que eu estudava me preparou para viver isso, na minha casa, ninguém falava sobre isso. Quem é o culpado por todo esse silêncio?

Daqui há 3 anos, atuarei como psicóloga, começo novamente minha jornada, como se buscasse o primeiro emprego. Mas dessa vez, vou vestida com a minha cor, e quero que isso seja notado. Serei a psicóloga preta, de cabelo cacheado. A psicologia deve atuar fortalecendo os sujeitos, oferecendo bases para que seja possível resistir. Aceitar que o racismo existe e



# IX SIMPÓSIO DE PESQUISA E DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO UGB: “Desafios pedagógicos durante e pós-pandemia”



com isso buscar conteúdos, em livros, rodas de conversa, entre outros que permita agir mediante as questões étnico-raciais.”

Ao terminar de ler o trabalho de Cristiane para correção, minha sensação, como professora, foi de que relatos como este não podem ficar arquivados e guardados, precisam ser lidos e divulgados.

O segundo relato que encerra este trabalho é do aluno Thalles Vaz de Paula que se declara branco e, com coragem, conta sobre suas dúvidas e sua mudança de postura em relação ao racismo.

“Em 2018, participei de um debate na aula de Redação sobre as cotas raciais, nesse caso eu teria que ser contra as cotas. Naquele momento, pesquisando, eu percebi o quão difícil era argumentar sobre aquilo, pois eu não tinha conhecimento sobre o assunto e se tratava de algo que não me beneficiava como branco. Além disso, eu estudei com poucas pessoas pretas durante a escola, porém comecei a me questionar o porquê disso. Em 2019, entrando na faculdade me deparei com diversas pessoas pretas e isso de alguma forma me fez procurar saber mais sobre como a nossa sociedade é manejada, comecei a entender mais sobre o tipo de música que eu escutava (Rap) e acompanhar mais essa cultura. Porém, a marginalização e a invalidação do preto é grande no Brasil, em todos os lugares, meios, mídias, tudo fortalece para o preto não ter lugar de fala. Lembro de um vídeo do Djonga, ele faz uma pergunta retórica: vocês acham que eu gostaria de falar o que eu falo em minhas músicas? Isso é visto em muitos debates em que pretos estão, eles normalmente são chamados para falar sobre o racismo e não para mostrar o conhecimento deles, seus talentos. Em 2020 sua aula foi a melhor coisa que aconteceu na faculdade, nela consegui entender diversos assuntos, dúvidas e a importância do preto na nossa sociedade.

Diante disso, pude perceber como o racismo estrutural sempre esteve presente em minha vida, pois tive uma educação com uma qualidade “melhor” e que era benéfica principalmente para os brancos. Naquela escola as pessoas pretas estavam principalmente em um lugar de não poder, dentro da hierarquia escolar. Entretanto, com a aula de Apta, em 2020, consegui compreender o sentido de toda aquela dúvida que existia dentro de mim, e, dessa forma, reconhecer minha branquitude. [...] Visto tudo isso, acredito que a psicologia pode contribuir na luta antirracista, seja expondo todo adoecimento psíquico que o racismo pode causar, estudando sobre a branquitude, o letramento racial. Além de estudar sobre a negritude dentro e fora da psicologia, reconhecendo os profissionais pretos como a Maria Lúcia da Silva. Sendo assim, todo esse conteúdo deveria ser exposto e compartilhado.”



# IX SIMPÓSIO DE PESQUISA E DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO UGB: “Desafios pedagógicos durante e pós-pandemia”



Com isso, concluo que os principais resultados da aula temática “Identidade e resistência negra: diálogos sobre história e direitos” foram o envolvimento, engajamento e a discussão com os alunos sobre a temática em questão. O ensino remoto não deve nos distanciar dos discentes e nem mesmo nos afastar de assuntos da atualidade, pois falar sobre o momento, é aproximar teoria e prática e é oportuno para qualificar os debates contemporâneos. Além dos conteúdos programados nas ementas, e exatamente a partir deles, é possível construir diálogos e instrumentalizar os alunos para leituras críticas do nosso presente o que contribui para sua formação acadêmica e cidadã. Para finalizar este relato de prática pedagógica, retomo a frase de Paulo Freire usada no início deste texto: “Não se pode falar de educação sem amor”, pois é com amor e esperança, seguindo os princípios freirianos, que a educação transforma as pessoas para elas possam transformar a sociedade e o mundo.